

ATA Nº. 8

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
26-09-2014

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, o Senhor: -----

Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Telma Cristina Antunes Jorge. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**, o senhor: --

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes e Rui Pedro Dias Gonçalves. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substitui Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e dos respetivos juramentos por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação as atas números seis e sete. -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ Há alguns aspetos de pormenor de português que depois farei chegar aos serviços da assembleia. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO SEIS -----

A ata número seis, realizada em vinte e oito de abril, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e duas abstenções, sendo uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata, por não se encontrarem presentes na referida sessão.

Luís Grácio, José Baptista, Fernanda Alves e António Ferreira referiram que em relação à ata número sete, farão chegar aos serviços, pequenas correções. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO SETE -----

A ata número sete, realizada em treze de junho, foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, três votos do Partido Social Democrata, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, uma do Bloco de Esquerda e uma da Coligação Democrática Unitária, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Seguidamente **Sara Domingos** apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

Pela demissão da Sr.ª Ministra da Justiça -----

Aos vinte e seis dias do ano de dois mil e catorze não deve haver nenhum cidadão do nosso país que não tenha já ouvido falar da grande reforma da Justiça Portuguesa. -----

Foi anunciada há muito tempo, e desde o seu início nunca foi consensual. Os diversos operadores judiciais, que desde o início se queixaram de não terem sido chamados a participar na “maior reforma na Justiça dos últimos 200 anos!” (sic), teceram várias críticas à mesma, sendo a mais mediática a que respeita à nova ordenação do mapa judiciário. E foram apresentadas diversas soluções para essas questões alvo de crítica, as quais foram, na sua grande maioria, ignoradas. -----

Assim, no primeiro dia do mês de Setembro do ano de dois mil e catorze, era suposto entrar em funcionamento a tão anunciada, tão preparada, tão ansiada, tão magnífica... reforma judiciária! -----

Ao invés, o que aconteceu? O caos. Perdão, uns “percalços”, uns “transtornos” somente, que fizcram com que até ao dia de hoje, o novo sistema informático dos tribunais, o agora tão conhecido CITIUS, não tenha entrado em funcionamento. E assim, nem os senhores magistrados, nem os funcionários judiciais, nem os advogados, nem os solicitadores, ou seja, nenhum dos operadores judiciais, consegue trabalhar convenientemente, porque o sistema informático, do qual todos dependem por força da lei, não lhes permite, pois teima em funcionar mal, aos soluços, e ninguém prevê quando funcionará a 100% (isto se alguma vez vier a funcionar). -----

A tudo isto a Sr.ª Ministra responde da forma que já todos conhecem: para além de vir a público pedir “desculpa”, desvaloriza o desastre que está à vista, tentando imputar as culpas a uma equipa de funcionários que criou o programa pioneiro (e que foi afastada desta reforma, não sem antes avisar que não era possível fazer as coisas desta maneira).

Não obstante, segundo a imprensa, o IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça), já gastou mais de 27,7 milhões de euros desde 2011 em Tecnologias de Informação e Comunicação, e desde o início de Setembro, mais de 9

milhões de euros, grande parte dos quais investidos nesta nova plataforma informática que teima em não funcionar convenientemente. -----

Agora a Sr.^a Ministra, tendo assumido a falha do “plano A”, quer por em prática um “plano B”, que ao que parece, passa pela introdução de cerca de 3,5 milhões de processos à mão, individualmente! Se isto não é o caos na Justiça, então o que é? -----

Por muito menos do que isto já assistimos a quedas de governos! -----

Por tudo isto e por muito mais, que seria moroso aqui explicar, mas que é do conhecimento público, a Assembleia Municipal do Entroncamento decide: -----

- Exigir a demissão da Sr.^a Ministra da Justiça, bem como do Sr. Presidente do IGFEJ

- Exigir que sejam apuradas responsabilidades e que esses mesmos responsáveis respondam pelos prejuízos causados à justiça em particular e a todos os cidadãos e ao país em geral, prejuízos esses ainda dificilmente quantificáveis, atenta a dificuldade em perceber a dimensão total desta calamidade. -----

Mais decide enviar esta Moção -----

A Sua Excelência o Presidente da República -----

A Sua Excelência o Primeiro-Ministro -----

A Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República -----

A todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República -----

À comunicação social local e regional -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Esta moção tem alguma pertinência, mas só quem faz alguma coisa é que pode errar. -----

Durante estes últimos anos ninguém fez nada, esta reforma já era pedida há tanto tempo, só erra quem tenta.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ O PCP suscitou em tempo oportuno a apreciação parlamentar do mapa judiciário e apresentou um vasto conjunto de alterações na especialidade na Assembleia da República. -----

Isto apesar do mapa judiciário do PSD e CDS ter sido na altura contestado pelas autarquias locais, pelos advogados e por um conjunto de forças vivas, o governo não soube ouvir essas opiniões e o resultado é o que nós assistimos, um autêntico massacre da justiça, uma autêntica destruição da justiça e o afastamento da justiça das populações, é isto que está em causa. -----

Na altura quando este assunto veio aqui, há uns tempos atrás, nós dizíamos que não queríamos o encerramento dos tribunais nos concelhos e queríamos as valências mais importantes desses tribunais nos concelhos, porque a justiça ficaria perto das populações, o que se fez, foi empurrar aquilo que é mais essencial nos tribunais para a sede do distrito com todas as inconveniências e não se acautelou o bom funcionamento do sistema judiciário depois desta reestruturação. -----

Nós vamos apoiar esta moção, mas aquilo que nos entristece um pouco, é nós estarmos aqui a pedir a demissão da ministra da justiça, a seguir vamos pedir a demissão do ministro da educação, quando devíamos estar a pedir com muita força e empenho, a demissão do governo porque isto repete-se por todos os ministérios.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Analisada a moção, não percebi se o pedido de demissão é causado pela reforma do mapa, se é causado pelo CITIUS não funcionar e portanto, percebe-se que entra tudo dentro da mesma malga, para tentar pedir a demissão da senhora ministra. -----

Este assunto não é para ser tratado na assembleia municipal, é um assunto para ser tratado pelos organismos da justiça, e como deputado municipal não sou ninguém para pedir a demissão de um ministro, era o que mais faltava. -----

Portanto, como devem imaginar, não o fizemos aqui no passado quando o governo era do Partido Socialista, não faz sentido nenhum que o façamos agora, se o Partido Socialista entende que há uma temática aqui para ocupar um bocadinho o período de antes da ordem do dia que o faça, tem a sua liberdade total, agora não terá o apoio do Partido Social Democrata.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “ Queria realçar que só erra quem tenta, mas tentar matar um elefante com uma pressão de ar, não funciona de certeza. -----

Uma reforma desta dimensão, deveria ter sido feita com planeamento, teria que ser feita respeitando os avisos que lhes foram feitos, de que poderia não resultar da forma como estavam a querer fazer. -----

Temos que considerar que o investimento de 27 milhões desde 2011 resultar nisto, não é propriamente encolher os ombros e ir tentar gastar mais 30 ou 40 milhões noutra solução. -----

Todos nós sabemos que só erra quem tenta, mas as pessoas têm que assumir as responsabilidades dos seus atos. -----

Utilizando uma situação muito recente mas que não tem nada a ver, no âmbito desportivo, o nosso selecionador Paulo Bento tentou ganhar à Alhânia mas não conseguiu e demitiu-se. -----

Quanto à confusão que existe entre esta situação do programa informático do CITIUS e a reforma judiciária, acredito que por não ter conhecimento do meio, provavelmente não saberá que as coisas estão interligadas, há uma ligação estreita e indissociável entre ambas as situações.

Só para dizer que as coisas estão de uma tal forma interligadas, que é impossível não associar uma coisa à outra e que o insucesso da reforma judiciária está totalmente dependente do insucesso desta plataforma informática que está à vista e prevê-se que nunca venha a funcionar e se funcionar já foi anunciado que será substituído por outro daqui a dois ou três anos, gastando mais uns milhões. “ -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Nesta questão da justiça, o que hoje é mais mediático é o que se está a passar com a informática CITIUS, de facto é crítico e é de espantar que se tenha procedido, com uma aplicação tão complexa e com um peso tão grande numa base de dados, da forma como se fez, não se teve o cuidado de se fazer fase piloto por zona ou por áreas de maneira a testar a fiabilidade da aplicação e da sua passagem, segundo parece passa de uma aplicação para uma coisa nova.-----

De facto a principal questão que se prende hoje com a justiça, tem a ver com o afastamento dos tribunais com as populações, ou seja, esta reforma da justiça acaba por afastar a justiça das populações, isso é que é o principal e o mais grave que se passa na justiça.-----

Com esta situação do CITIUS veio agravar toda a situação e veio a potenciar o desconforto que se verifica nos diversos setores da justiça. -----

Nós vamos votar favoravelmente esta moção.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Democrático Social. -----

Seguidamente **Fernanda Alves** apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO

Pela defesa da Educação

A Educação, sem desmérito para as outras esferas da sociedade, é sem dúvida, o pilar do desenvolvimento global de qualquer país!

Estamos em Setembro e o arranque do ano letivo 2014-2015 revelou-se conturbado, com escolas encerradas por obras incompletas ou até mesmo paradas, fecho de outras tantas, levando ao descontentamento dos pais e encarregados de Educação e ainda, os erros na colocação de professores! ---

Foram mais de 1000 docentes prejudicados que levou à REVOLTA e INDIGNAÇÃO de um grupo de profissionais da Educação no Parlamento exigindo a demissão do ministro desta área. O único efeito foi um pedido de desculpas por parte do ministro Nuno Crato, adjetivando de "incomum" esta ação e isentando da responsabilidade, os diretores de Agrupamento pela situação angustiosa vivida pelos docentes abrangidos. A demissão do Diretor Geral de Administração Escolar não chega para colmatar as consequências originadas. -----

A responsabilidade política do Ministro da Educação está em causa, não nos parecendo aceitável que até hoje, e apesar dos apelos e discussão em torno de uma solução, nada tenha sido feito. As garantias de que nenhum professor envolvido será prejudicado, esbarram no silêncio por parte do ministério que até à data, nada fez, ou pelo menos nada fez saber sobre uma possível solução! -----

A par de tudo isto, juntam-se as angústias dos pais dos alunos com **Necessidades Educativas Especiais (NEE)**, que iniciam mais um ano letivo na incerteza de, adequadamente, verem asseguradas as respostas a que os seus filhos têm direito. -----

O desinvestimento, em Educação, pelo atual governo é uma preocupação constante do Partido Socialista. É inquietante verificar que os cortes na Educação têm efeitos nocivos no futuro dos nossos jovens e conseqüentemente no futuro de Portugal! É preocupante o desrespeito pelos profissionais da Educação, área tão significativa no desenvolvimento do país. -

Pelo exposto, a **Assembleia Municipal do Entroncamento** apresenta esta moção, **repudiando veementemente, o desrespeito pela EDUCAÇÃO e a forma ligeira** com que o atual governo trata esta área e todos os profissionais envolvidos. -----

Só colocando a Educação no topo das prioridades conseguiremos colocar Portugal no bom caminho de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo tal como preconizado pela estratégia europeia, EUROPA 2020. -----

Enviar a: -----

- Assembleia da República -----

- Comissão da Educação -----

- Ministério da Educação -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ O teor desta moção é bastante compreensível e de facto é uma situação dramática com o que se está a passar com milhares de professores e os pais das crianças também, nomeadamente no que se refere às crianças com necessidades educativas especiais, que ao longo dos tempos têm vindo a ser completamente abandonadas ou com um apoio cada vez mais diminuto.-----

Fico um pouco confuso com esta moção porque me parece mais uma declaração do Partido Socialista, do que uma moção da assembleia municipal, tem toda a legitimidade e subscrevo esta preocupação, como moção é que não consigo enquadrá-la, não só porque ela não propõe a sua aprovação pela assembleia, como inclusivamente faz aqui referências à preocupação constante do Partido Socialista, prezo muito a preocupação do Partido Socialista, mas parece-me um pouco a despropositado estar a pôr isso na boca da assembleia municipal. -----

Relativamente às desculpas dos ministros, isso já começa a ser uma coisa recorrente, estamos a reeditar a desculpa da SIC há uns anos, o falecido Henrique Mendes, só que agora passou para a Assembleia da República. -----

Face a estas questões, fico na dúvida se a bancada do Partido Socialista pretende transformar isto numa moção e alterar o texto, porque de facto o texto não se coaduna com uma moção.”-----

Proseguiu **Marisa Parreira**: “ Nós queremos deixar claro que não foi só este ano letivo que se verificaram problemas na educação. -----

A educação há vários anos que tem sido alvo de vários ataques, e foi o governo do PS que levou ao fecho de muitas escolas, não é só o fecho das escolas, foi também o aumento de alunos por turma, foi a diminuição das horas de apoio a alunos com dificuldade escolares, mas não foi só os alunos com dificuldades educativas especiais, também os alunos com dificuldades sofreram com a falta de horas de apoio. -----

A limitação da redução de turma são alunos que têm doença de carácter prolongado e também a diminuição do pessoal não docente, quando se fala na angústia dos pais, que são legítimas obviamente, também os professores sofrem estas angústias diariamente porque se vêm obrigados a lidar com estes problemas e têm a preocupação de todos os dias, tentar arranjar estratégias e soluções quando não têm nada. -----

Nós vamos votar a favor, no entanto, queria deixar bem claro que a educação está como está, não é só de agora, já vem de há muitos anos atrás.” -----

Continuou **Rui Bragança**: “ Vou falar a título pessoal, não em nome da bancada do PSD, não tenciono ser político profissional, estou aqui porque sou representante do Entroncamento. -----

Custa-me estar a ler moções em que, não houve nem numa nem noutra, nem no debate a seguir, uma palavra a dizer Entroncamento. -----

Gostava que as moções que viessem, tivessem diretamente a ver com o Entroncamento e custa-me estar aqui de alguma forma a discutir estes assuntos.” -----

Referiu **José Baptista**: “ O senhor deputado Rui Bragança fala sempre em nome da bancada do Partido Social Democrata, portanto, o que diz é entendido como sendo da bancada. -----

Em primeiro lugar, o Partido Socialista traz-nos duas folhas de conclusões, que não são uma moção, são conclusões, para enviar à Assembleia da República e à Comissão de Educação, em que diz que o ano letivo começou conturbado. -----

Sabe a senhora eleita local, que é professora, que 99,5% das escolas deste País começaram as aulas até 15 de setembro, dir-me-á a senhora deputada, que muitas dessas turmas começaram o ano com dificuldades de funcionamento, mas, a 15 de setembro 99,5% das escolas deste País começaram as aulas como estava no calendário do Ministério. -----

Depois fala-se de obras incompletas, aqui tenho que discordar do senhor deputado Rui Bragança, é que no Entroncamento começamos as aulas nas nossas escolas e com escolas ainda com obras incompletas, a escola Ruy D'Andrade não tem as obras completas, é normal, e não foi por causa disso que deixou de haver aulas, sendo que, deveríamos falar disso aqui, isso sim, porque é que há crianças a fazerem percurso a pé entre a escola Ruy D'Andrade e a escola da zona verde, para terem uma determinada disciplina. -----

Fala a moção do descontentamento dos pais e encarregados de educação, é normal, se os pais vêm as suas crianças saírem das aldeias onde tinham aulas, onde havia turmas com um número reduzido e se os vêm ir para outra aldeia, se deixa de haver o dia-a-dia que havia antigamente com as crianças nas escolas, é óbvio que haja descontentamento com a mudança, mas a senhora deputada saberá também quanto eu, que foi o seu partido que incentivou a criação de centros escolares, com o financiamento de centros escolares de construção, de aglomerados de aldeias e localidades com fundos comunitários na ordem dos 85% e não recuperação de escolas, daí o Entroncamento ter tido a construção de um centro escolar e não a recuperação de escolas, devido ao elevado montante dos fundos comunitários que lhe era aplicável. -----

Hoje foram colocados mais 3362 professores e há ainda 106 horários para os quais não houve candidaturas e que vão estar agora abertos na bolsa de contratação diretamente das escolas. -----

Aquilo que nos disse há pouco a senhora deputada da CDU é verdade, os problemas da educação não são deste ano, todos os anos há problemas na educação e não foi só com o governo do PSD, foi com o governo do PS, com todos os ministros e secretários de estado, não é algo que se passe neste governo específico. -----

Isto aqui é a Assembleia Municipal do Entroncamento e estes casos, por mais que o Partido Socialista os ache relevantes, nunca a bancada do Partido Social Democrata aprovará um documento que diga que a bancada do Partido Socialista propõe a quem quer que seja e portanto, contará com o voto negativo desta bancada. -----

Pedro Gonçalves referiu: “ Acerca das obras incompletas, se me estou a lembrar foram vocês que criaram o parque escolar, que deixou uma dívida de milhões, com obras de luxo. -----

É muito fácil dizer que as obras estão incompletas, mas é preciso lembrar como é que chegámos até aqui, com despesismo, com dívida pública que se calhar não devia ter sido contraída da maneira como se fez as obras, se calhar não era preciso usar janelas com revestimento triplo como aconteceu, é preciso saber aonde é que começou o problema e o problema das obras não começou com este governo do PSD e CDS, começou há bem mais tempo atrás. -----

É verdade que os pais, encarregados de educação e os professores têm razão, mas quando temos telhados de vidro não podemos atirar pedras, se o governo do PS tivesse tido a solução poderia ter implementado no tempo da sua governação, como não teve, não sei qual é o problema.” -----

Interviu **Fernanda Alves**: “Gostaria de respeitar e aceitar aquilo que foi dito pelo senhor deputado Rui Bragança, toda a gente sabe que a educação é transversal. -----

Relativamente ao arranque do ano letivo, 99% das escolas arrancaram no dia 15 de setembro, é assim que está escrito, não vejo aonde é que está o deslumbramento com os 99,5%, é normal que assim aconteça. -----

Quanto à questão da escola Ruy D’Andrade, parece-me que o senhor deputado não devia ter tocado nesse assunto, porque se a obra não está completa certamente que vem detrás e sabemos porquê. -----

Relativamente à questão dos professores colocados ainda hoje, agradeço a informação e ainda bem que assim é, porque muitos professores dependem destas colocações. -----

Em resposta ao senhor deputado Pedro Gonçalves, apontou as suas razões e diz que de facto estas questões já vêm detrás, se o PSD e o CDS são tão bons para ir para o governo fazer coisas tão boas, porque é que as coisas continuam na mesma ou piores ainda? -----

Era suposto que com as declarações do senhor ministro de educação, que nenhum aluno ficava sem apoios, que os professores não seriam prejudicados e que iria encontrar uma solução, que eu saiba, até hoje ainda não a encontrou, é evidente que estas coisas acontecem, mas, temos que ter em conta que a educação é essencial e não pode ser tratada assim e os profissionais da educação também não. -----

Daí a apresentação desta moção, compreendo a intervenção do senhor deputado Luís Grácio sobre as dúvidas se é uma moção ou não, de facto estão aqui expostas as nossas inquietações.” -----

Pediu a palavra **Marisa Parreira**: “Para podermos votar a favor desta moção, peço-lhe que não ponha o nome do Partido Socialista, mas sim em nome da Assembleia Municipal do Entroncamento.” -----

Fernanda Alves concordou com a proposta apresentada pela CDU. -----
VOTACÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Democrático Social. -----

Telma Jorge apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

FAM – Fundo de Apoio Municipal -----

No quadro de uma larga ofensiva de muitos anos contra os interesses das populações e as suas autarquias, o atual Governo do PSD/CDS-PP fez aprovar a criação do **FAM – Fundo de Apoio Municipal (Lei n.º 53/2014)**. -----

Este **FAM** é apresentado como um fundo de constituição obrigatória para todos os municípios que, terão de contribuir financeiramente com 50% do valor total desse fundo, ou seja, cerca de 325 milhões de euros, a que corresponderão cerca de 1.000.000 euros dos cofres do Município de Entroncamento. -----

Este novo instrumento representa uma das peças mais violentas e graves numa linha de efetiva tentativa de destruição do Poder Local Democrático saído da Revolução de Abril. -----

Aquilo que é apresentado como um programa de apoio aos municípios, mais não é que uma afronta à autonomia jurídica e administrativa dos municípios e um verdadeiro garrote financeiro para todos os que venham a cair nas malhas deste fundo. -----

Com esta Lei n.º 53/2014, muitos municípios passarão a ser telecomandados centralmente pela supercomissão executiva do FAM, de forma totalmente arbitrária.

O FAM surge enquadrado por um pacote de medidas que tolhe, de forma dramática, a autonomia dos Municípios que a ele recorrerem, numa ingerência sem precedentes do Governo no Poder Local. Estas medidas vão do aumento de taxas, tarifas e preços dos serviços prestados à limitação da atividade à redução do serviço público sendo, por isso, um presente envenenado para os Municípios em dificuldades. -----

Perante este quadro, a **Assembleia Municipal de Entroncamento**, reunida na sua Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2014, vem denunciar mais esta tentativa de esvaziamento do Poder Local Democrático e reivindicar a anulação deste decreto-lei, que mais não é do que a continuação da liquidação gradual das autarquias e da sua capacidade na intervenção e resolução dos problemas das populações, autarquias que são, neste momento, a única janela de esperança do interior do país que todos os dias assistem ao encerramento de serviços públicos e à diminuição da qualidade vida das suas populações. -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento, reivindica a negociação séria e plural com os Municípios de medidas de reequilíbrio financeiro, em respeito pela autonomia do Poder Local Democrático, pelo serviço público de qualidade e pelos direitos das populações. -----

Assim como exige a alteração da Lei das Finanças Locais, de modo a assegurar: -----

- A defesa da recuperação da capacidade financeira dos Municípios; -----
- A reposição da autonomia administrativa e financeira, de acordo com a Constituição;
- O aperfeiçoamento de instrumentos de saneamento financeiro já existentes e a discussão de propostas já apresentadas, como: -----
 - a) Reposição do Imposto Municipal sobre Transações como receita municipal; -----
 - b) O reforço da participação dos Municípios nos impostos do Estado, repondo o valor de 25,3% da média aritmética da receita proveniente do IRS, do IVA e do IRC; -----
 - c) A disponibilização pelo Estado de recursos financeiros, incluindo a prestação de garantias, como complemento do processo de renegociação com os credores e de financiamento bancário para o saneamento financeiro; -----
 - d) A revogação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Esta moção da Coligação Democrática Unitária relativa ao Fundo de Apoio Municipal, que ainda é uma figura um bocadinho desconhecida, a CDU tem uma posição própria contra todo o tipo de matérias que vá ao encontro da estabilização ou da estabilidade das finanças autárquicas, mas isto não impede que nós apresentemos os dados realmente desta medida. -----

Diz-nos a moção que o Entroncamento terá uma contribuição de um milhão de euros, isto não é verdade, a contribuição do município do Entroncamento será de 490.521 euros, este valor calculado com base no orçamento do município do Entroncamento que é de cerca de 15 milhões, representa um esforço anual, este valor

que eu dei foi para sete anos e representa um esforço anual de 70.074 euros e portanto, nada tem a ver com um milhão de euros que a CDU apresenta nesta moção. -----

A primeira proposta do governo era que as autarquias contribuíssem com 70% e o governo com 30% para este fundo por cada município, a proposta que foi aprovada e saiu do acordo com a Associação Nacional de Municípios e que saiu em Lei em agosto, foi a contribuição de 50% cada município e 50% o governo. -----

Por outro lado, isto é verificável que há uma taxa de esforço de meio ponto anual e é preciso verificar que este dinheiro não é a fundo perdido, ou seja, o município não deixa de ser dono deste dinheiro, por mais que nos queiram fazer querer, este dinheiro funciona como um empréstimo numa óptica de solidariedade entre autarquias que estejam numa situação débil. -----

Comecei-me a habituar a ouvir a CDU sempre a falar e isto por causa das SCUT, da solidariedade entre os municípios e da solidariedade entre as populações, não consigo agora perceber a coerência da CDU na solidariedade entre os municípios quando este fundo é criado, para em caso de problemas de um município que esteja em dificuldades ou forte aperto financeiro, esse município podia recorrer a este fundo. -----

Ohviamente que o acesso a este fundo não podia ser totalmente livre, claro que há rendas para aceder e a questão das taxas que foi aqui falado pela senhora deputada.

O acordo que foi alcançado com a Associação Nacional de Municípios que permitiu a Lei que veio criar o FAM, foi um acordo contestado por alguns, apoiado por muitos dentro da própria Associação de Municípios, mas foi um acordo muito interessante com o Partido Socialista que tem a maioria na Associação de Municípios como todos sabem. -----

O próprio Partido Socialista, percebeu na base da negociação, que havia e há muitas autarquias que necessitam neste momento ou podem vir a necessitar no futuro do FAM. -----

Numa óptica de solidariedade entre setor autárquico e tendo em atenção que este acordo permitiu o desbloqueamento de algumas vontades por parte das autarquias, algumas delas tem a ver com a contratação de funcionários que estavam impedidos e em caso de boa situação financeira podem inclusive voltar à contratação, parece-me claramente, que os receios e as medidas que são aqui tomadas pela Coligação Democrática Unitária, são claramente fora do contexto e portanto, não contarão com a nossa aprovação.” -----

Prosseguiu **Mário Balsa**: “ Esta moção levanta-nos algumas dúvidas, no entanto, na sua essência diria que é objetiva e algo fundamentada. -----

Há aqui questões que nos levantam algumas preocupações na moção e se fossem acauteladas, nós não viríamos com maus olhos o voto favorável. -----

Esta questão dos valores já aqui referida, a referência correta dos valores, penso que seria muito útil, no entanto, independentemente de ser um milhão de euros que aqui se fala, ou ser os quatrocentos e noventa mil euros, independentemente desse valor, há questões no processo subjacente a este Fundo de Apoio Municipal que nos levanta grandes dúvidas. -----

Nós naturalmente e como foi a posição da Associação Nacional de Municípios, somos favoráveis à criação de um fundo municipal que venha ao encontro daquilo que são as premissas que a própria CDU elenca, a questão da defesa da recuperação da capacidade financeira, a reposição da autonomia administrativa e financeira. -----

A realidade é que a forma como esta lei está feita, choca diretamente com estas premissas. -----

Tomamos por exemplo o Entroncamento, uma autarquia que já teve que recorrer ao PAEL, uma autarquia que todos sabemos, passa por dificuldades financeiras, ainda ser obrigada a mais este esforço para depois poder ir buscar, não vejo como é que em curto prazo se trata de uma recuperação da capacidade financeira, pelo contrário, tem o efeito exatamente contrário, portanto, é legítimo que nós pensemos que a recuperação da capacidade financeira dos municípios, não está bem acautelada na lei e na forma como ela acaba por ser feita. -----

Depois a ingerência do nosso ponto de vista excessiva que é proposta em relação à questão da autonomia administrativa e financeira, também é preocupante, quando foi negociado esta autonomia não era tão afetada como aquilo que acabou por ser o produto final e portanto, nós temos reticência legítima, já as tivemos na assembleia e aqui partilhamos dessas reticências. -----

Estas duas preocupações são comuns ao PCP e são comuns a nós. -----

Há depois uma outra correção que gostaria de saber se o PCP está disponível a fazer, no terceiro ponto, alínea a) quando elenca: *Reposição do Imposto Municipal sobre Transações como receita municipal*, isto já é o que acontece, o IMT já é receita da autarquia.” -----

Respondeu **António Ferreira**: “ A questão do IMT é para ser retirado das autarquias e aquilo que pretendemos é que ela seja devolvida, neste momento ainda se está a cobrar e faz parte das receitas das autarquias, o que se pretende é que se deixe cair a lei que prevê que seja retirada essa receita às autarquias. -----

Em relação aos valores, o senhor deputado tem razão, o valor que meti aí de um milhão de euros era antes da comparticipação em 50%, o valor que está aí é metade e peço para corrigir essa parte. -----

Em relação à vigência de sete anos, a lei fala na devolução desse dinheiro às autarquias, em princípio é um empréstimo, mas durante sete anos para muitas autarquias isso faz a diferença em fazer investimento ou não. -----

Quatrocentos mil euros durante um período de sete anos, para uma autarquia como a do Entroncamento não é um enorme problema, mas para autarquias pequenas e que se encontram em dificuldades é um problema. -----

Na maior parte dos casos é para autarquias que devem três vezes aquilo que são as receitas anuais, em sete anos conseguem baixar isto e conseguem fazer face aos compromissos deste empréstimo, julgo que estamos a incorrer num erro, vamos socorrer autarquias independentemente da nossa solidariedade, que é repor a capacidade financeira das autarquias isso é fundamental, para aquelas que estão em dificuldades neste momento e para aquelas que vão estar em dificuldade. -----

A Associação Nacional de Municípios fez aquilo que o Governo fez em relação à educação e à justiça, foi negociar com o Governo uma coisa menos má sem ter consultado os associados, porque se o tivessem feito, eles não tinham tomado aquela medida.” -----

Pedi a palavra **Mário Balsa**: “ Uma vez que houve este esclarecimento por parte da CDU, o PS naturalmente subscreverá a moção. -----

Queria deixar uma pequena nota ao senhor deputado José Baptista, que o nosso orçamento não é de 15 milhões, é de 21 milhões” -----

Respondeu **José Baptista**: “ Foi nessa base pelo Governo que foi feito este valor, se fizer a conta chega lá facilmente.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos

da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Social Democrático. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ No momento em que assinalamos o início do novo ano escolar, se calhar a par da moção que o Partido Socialista aqui apresenta, há questões relevantes à nossa idade que têm que ser aqui discutidas. -----

A questão dos alunos da Escola Ruy D'Andrade, alguns alunos para terem uma determinada disciplina, têm que sair da escola a pé e vão até à outra escola que circunda a Escola Ruy D'Andrade para terem essa disciplina e voltam a pé para a escola e tanto quanto sei, já houve uma criança com necessidade educativas especiais, teve um pequeno problema e portanto, é preciso saber o que é que se passa. -----

Estas crianças estavam em situação normal a ter aulas nos contentores que foram retirados da escola porque não foram contratados e não estão na escola. -----

Congratulamo-nos com o início das aulas no Centro Escolar do Bonito, foi um projeto iniciado há vários anos, em fase de conclusão mas que este executivo teve a missão pôr a funcionar, com todos os constrangimentos, pelas sucessivas prorrogações.

O ano letivo iniciou-se no Centro Escolar do Bonito também com o grande trabalho dos funcionários do município e do executivo obviamente, porque conseguiram pôr o ano letivo a funcionar naquela escola. -----

Estamos cá para dizer quando está mal, estamos cá para dizer quando está bem.--

Se o ensino é uma área prioritária e porque as crianças são o futuro da nossa idade, havia uma prática na nossa idade que era as crianças que ingressavam pela primeira vez no pré-escolar nos escalões A e B, o Município do Entroncamento oferecia-lhes uma mochila, um panamá e um bibe. -----

O Município do Entroncamento deixou de o fazer, se é mentira gostava que me informassem, estas crianças não receberam o material que receberiam nos outros anos anteriores, não sei qual a razão, se foi orçamental, se de mudança política educativa, de mudança de estratégia, mas uma coisa é verdade, o problema não é tecido porque o município faz com todo o orgulho t-shirt para as quartas-feiras à noite, uma atividade louvável que são os passeios e corridas pela cidade, só que há uma diferença, nessas t-shirt que se dão à população, está o slogan da campanha do Partido Socialista e nos bibe não dá para pôr, esperamos que a razão pelo qual não há bibe não seja por isso. -

Portanto, senhor Presidente da Assembleia a intervenção que lhe fazemos é esta: As crianças são uma prioridade, para nós são, foram durante os últimos anos e queremos saber porque é que o município tomou a decisão de deixar de entregar a crianças com dificuldades financeiras, deixou de lhes atribuir aquilo que lhes atribuía anteriormente.”

Proseguiu **António Ferreira**: “ O documento que nós distribuimos pelas baneadas, solicito ao senhor Presidente da Assembleia que seja enviado a todos os membros por e-mail. -----

Queria chamar à atenção para aquilo que está no documento, a pergunta que foi feita pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, diz respeito também ao Entroncamento e diz respeito mais concretamente à questão dos vagões carga. -----

É sabido que o Governo tem reduzido substancialmente o número de postos de trabalho nesta área, sobretudo a nível da EMEF. -----

É intenção do Governo e da CP Carga que se prepara neste momento para transferir para Espanha a manutenção total ou parcial dos seus vagões, isto vai afetar a nós no Entroncamento a nossa capacidade produtiva. -----

Além dos prejuízos evidentes que esta medida acarretaria para a EMEF, para os seus trabalhadores, para o País, recordamos que essa é a política seguida pela Takargo que é a empresa que gere isto. -----

Esta manutenção já tem sido feita em Espanha, aliás, dois acidentes que houve recentemente na linha da Beira Alta, devem-se a esta manutenção com deficiência e que levaram a graves prejuízos na linha e na circulação ferroviária. -----

Neste momento está um processo da municipalização da educação, um projeto-piloto que já está a funcionar nalgumas autarquias. -----

Abrantes entrou neste projeto-piloto, este projeto-piloto suscita-nos a nós muita preocupação no desmantelamento da educação pública e diminuição da qualidade da educação pública. -----

Este projeto está a ser levado em autarquias onde o desempenho é diferente, ou seja, é elevado para depois conseguirem obter bons resultados e dizerem que de facto conseguem melhores resultados. -----

Para este processo ser experimentado como deve ser, deviam experimentar em escolas com baixo rendimentos e dificuldades para ver se de facto tem pés para andar.”--

Referiu **José Leote**: “ Não queria que passasse ao lado um grande evento que houve na cidade que foi as Festas da Cidade, apesar de ter passado dois ou três meses, as festas constituíram uma promessa eleitoral do Partido Socialista, concretizadas com todo o sucesso, com grande participação popular de milhares de pessoas e traduziu-se também um aumento de receitas por parte das associações participantes, porque houve mais gente e as pessoas com mais facilidade saiam de casa. -----

O executivo está de parabéns por ter conseguido recolocar as festas, que aliás nunca deviam ter saído do centro da cidade e é assim que se deve manter.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “O assunto já aqui foi abordado pelo senhor José Baptista, era de facto de realçar também o arranque letivo no Entroncamento, sobretudo ao nível do Centro Escolar do Bonito, e dar os parabéns à autarquia pelo esforço que fez para acabar esta obra, para que o ano escolar se inicia-se com o esforço quer funcionários, quer de outras pessoas, com as condições necessárias.” -----

Pedro Gonçalves referiu: “ O CDS-PP congratula-se também pelo elevado nível de adesão da população às festas da cidade. -----

Tal como o Partido Socialista, tínhamos isso na nossa campanha eleitoral, e congratulamo-nos também pela excelente festas da cidade que voltámos a ter. -----

Gostaria de ter resposta a uma pergunta relacionada com um prédio na nossa cidade que está embargado, que era a antiga sede dos Ferroviários. -----

Vi durante a campanha eleitoral dois imensos outdoors, um do PSD e outro do PS e acredito pelo bom senso que o executivo tem demonstrado nalgumas matérias, que não se tenham esquecido daquele prédio que está ali, que é um mau cartão-de-visita para a cidade, temos uma rotunda com o logotipo da cidade, acho que era premente ao final de tantos anos, fazer alguma coisa com aquele prédio. -----

Serviu muito bem os outdoors durante a campanha para tapar aquilo, mas agora que foram tirados os outdoors, aquilo fica assim há longos anos. -----

É uma preocupação que alguns cidadãos me trouxeram e é uma preocupação minha, porque acredito que o nome da cidade pode ser um pouco manchado.” -----

Pediu a palavra **Marisa Parreira**: “ Queremos partilhar com esta assembleia a nossa preocupação perante a eventual intenção do Governo em encerrar 154 Repartições de Finanças em todo o País, representando 44,9% do total existente. -----

Desde já, dizer que somos totalmente contra este encerramento de serviço público. -----

Preocupa-nos o facto de ficarmos com um País mais desigual, desta forma acentua-se as desigualdades sociais. -----

Preocupa-nos o facto de prejudicarem as populações atingidas, não garantindo as igualdades de acesso a todos os cidadãos. -----

Preocupa-nos o facto de ser mais um serviço público a fechar, levando a mais desemprego, abandono da população e desqualificação dos territórios. -----

Sabemos que no Entroncamento não está previsto o encerramento da Repartição de Finanças, no entanto, não nos podemos esquecer que irá ter um acréscimo de trabalho, afetando negativamente o serviço prestado às populações. -----

Com isto, não só partilhámos as nossas preocupações, como fizemos uma chamada de atenção para os problemas que podem surgir e queremos convidar também esta assembleia a refletir sobre esta eventual intenção do Governo de encerrar 154 Repartições de Finanças.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Estão nas vossas pastas para conhecimento os compromissos plurianuais, que foram autorizados pela assembleia e ainda o parecer do Revisor Oficial de Contas, sobre a situação económica e financeira do município a 30 de junho de 2014. -----

Cabe-me informar que pela primeira vez acabaram os CD’s, não vamos que estar a suspender a assembleia para trocar o CD e voltar a gravar. -----

O CITIUS parece que não funcionou, agora este novo suporte que serve à câmara e penso que serve a nós, espero que funcione e no fim tenhamos a gravação toda da sessão da assembleia.” -----

Passou-se de imediato à intervenção do público. -----

Não existindo ninguém do público que quisesse intervir, entrou-se na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS

Pediu a palavra **Fátima Roldão**: “ Em relação a estas alterações das taxas e licenças não urbanísticas, mantemos aqui algumas objeções e sugestões já antes apresentadas pelo vereador Carlos Matias, nomeadamente a necessidade de haver uma maior diferenciação em alguns itens em ocupação de espaço público. -----

Poderíamos dar alguns exemplos, mas vamos realçar apenas alguns, nomeadamente o facto de não deverem ser iguais as taxas aplicadas para as floreiras e para os equipamentos mecânicos de diversão, destinados a crianças, uma vez que as primeiras não dão lucro direto e até servem para embelezar o espaço público. -----

Numa óptica de embelezamento da cidade, a autarquia até poderia emprestar floreiras a estabelecimentos comerciais, como também já foi sugerido no executivo, que se responsabiliza assim a tomar conta delas a custos zero, seria uma parceria em que todos ganhariam, o comércio, os clientes e a cidade e com baixos custos para a autarquia. -----

De igual modo e por razões similares, deveriam ser taxados de maneira diferente os anúncios iluminados e as arcas de gelados. -----

No caso dos anúncios iluminados, os mesmos ajudam a reforçar a iluminação da cidade e dão um visual mais alegre também, podendo sofrer uma redução da taxa. -----

Estas seriam algumas sugestões já apresentadas, contudo, apesar destas sugestões e objeções, iremos votar favoravelmente.” -----

Prosseguiu **Mário Balsa**: “ Trata-se de um ponto que não apresenta grandes problemas, aqui a questão infelizmente nós estamos obrigados a uma manutenção do volume das receitas das taxas fruto do PAEL, que nós subscrevemos, e portanto, não podemos fazer a sua redução. -----

Enquanto Partido Socialista temos pena de não o fazer, mas são compromissos.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, “ **Alteração ao Regulamento e à Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

O **senhor Presidente da Assembleia** referiu: “ Como sabem, da nossa sessão de abri aonde devíamos ter apreciado e votado a prestação de contas, não foi feita na altura devido à questão que todos compreenderam. -----

Uma vez que já existe um novo ROC, foi feito o parecer e submetia à apreciação.” -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Tal como o senhor Presidente da Assembleia lembrou, este assunto ficou em aberto, neste momento temos à nossa frente a acreditação pelo novo Revisor Oficial de Contas. -----

A bancada do Partido Socialista ficou bastante satisfeita por ver que é um relatório detalhado, em que se vê que houve uma análise aprofundada dos elementos postos à disposição pelo executivo, que é o cumprimento de um formalismo. -----

Nada mais temos a dizer relativamente a este assunto, mas estamos satisfeitos e ainda mais porque este Revisor Oficial de Contas em termos de custos, é inferior ao anterior.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Antes de mais responsabilizamos o anterior executivo camarário por não ter resolvido em tempo útil a substituição da empresa que prestava Serviços de Auditoria Externa e emitia o parecer indispensável à aprovação de contas, mantendo a prestação de serviços com quem não tinha capacidade para o assegurar. -----

A prestação de Contas do ano 2013, não nos merece grandes comentários, pois qualquer consideração subjetiva não teria aqui resposta e direito a defesa por parte da maioria dos membros do Executivo anterior e que foram responsáveis pela execução de cerca de ¾ do executado. -----

Portanto vamos mencionar dados dos documentos do ROC e das contas: -----

As taxas de execução de receitas correntes e de capital foram baixas em relação ao orçamentado, muito baixas, o que tem merecido reparos sobre a falta de rigor na orçamentação e execução ao longo dos anos. -----

À data de 31 de Dezembro de 2013, a despesa corrente foi superior à receita corrente no montante de 746.234 euros. -----

A execução tanto das receitas de capital como das despesas de capital, na continuação do que foi a prática nesta câmara, resultaram em taxas de execução extremamente baixas. -----

Os maus resultados estão espelhados no resultado líquido do exercício, no valor de – (menos) 365.107,48 €. Um resultado líquido negativo e o agravamento de alguns indicadores que só não são piores porque são mascarados pela entrada de receitas dos

empréstimos do PAEL e a consequente estrutura da tipologia da dívida.-----
Preocupa-nos a irresponsabilidade da adesão ao PAEL, e as imposições que esse instrumento nos obriga e vai obrigar em caso de dificuldades. Preocupam-nos os cortes nas transferências por parte do Estado Central que em conjunto com a legislação limitadora da autonomia local funcionam como garrote financeiro pondo em causa, no longo prazo, a sobrevivência das autarquias como a nossa. Preocupa-nos ainda o peso que tem para as autarquias as responsabilidades assumidas no âmbito da educação que no nosso entender se tornaram um fardo para as nossas finanças sem as devidas contrapartidas.-----

Por tudo isto e por tudo o que por nos foi dito na altura na aprovação do Orçamento que suporta a execução do exercício de 2013, votamos contra, com a esperança, que nos próximos tempos haja mais rigor na autarquia e o Estado Central reponha a capacidade financeira das autarquias que permita responder às necessidades das populações e cumpra com o disposto na CRP.” -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Este ponto no fundo é a apresentação da análise feita pelo ROC. -----

A discussão do ponto em si, deveria ter sido feita em devido tempo, não o foi pelas razões que todos nós conhecemos. -----

O Bloco de Esquerda tem manifestado muito estas reticências e até reservas e tem votado contra alguns orçamentos uns por serem fantasiosos por apresentarem um conjunto de receitas não exequíveis e depois a sua aplicação na prática acaba por confirmar as objeções que colocámos, ou seja, toda a capacidade e percentagem de execução acaba por ser diminuta, a capacidade de investir em capital é fraca por parte do município, tem sido ao longo dos tempos. -----

De grosso modo, nós quando fazemos a análise das contas, não do ponto de vista com as normas estabelecidas, acabamos por votar contra os valores em exercício, porque não concordamos politicamente com as soluções apresentadas. -----

Neste caso concreto, não vamos votar nada a não ser ter conhecimento do que está aqui em causa. -----

Registo a preocupação destes novos Revisores Oficiais de Contas em analisar os documentos com maior precisão, nós inclusivamente fizemos algumas críticas aos anteriores feita pelos ROCs, nomeadamente numa situação que posso dar referência, que era a existência de uma previsão de receita em diversos de dois vírgula cinco milhões de euros, que toda a gente sabia que era a concessão da água a privados e nunca entendemos porque é que essa verba tão avultada não era especificada, conforme mandam as regras do POCAL. -----

Espero que isso não aconteça, quer com o executivo atual, quer com a empresa dos ROCs que faz a certificação atualmente.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Sanadas as dificuldades quando houve a apreciação deste relatório pela não existência por parte dos ROCs, não há nada que opte á sua aprovação.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou-se de imediato à votação o ponto número dois. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Prestação de Contas – Exercício Económico de 2013 do Município do Entroncamento**” foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia

e seis votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e três votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----
INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Este ponto tem a ver com a extinção da Assembleia Distrital e com o destino que tem de ser dado a tudo o que faz parte da Assembleia Distrital, desde os funcionários, aos imóveis e ao dinheiro, ----- Da mesma forma que foi feita a extinção, os municípios do distrito decidiram nas duas Comunidades Intermunicipais, criar esta associação.-----

Penso que é perceptível e tivemos a oportunidade de conversar na comissão permanente esta situação.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ É perfeitamente claro qual é que é o objetivo desta associação que é ficar com património e desenvolver alguma atividade no âmbito da Assembleia Distrital, até porque o distrito de Santarém tem a especificidade de ter a colónia balnear que é um problema, e sei que o senhor Presidente Rodrigues já apresentou um grande projeto para a colónia balnear, vamos ver se aquilo vai ser realizado ou não.

Quem renegociar a criação da associação, deverá ter em atenção que esta nova associação, ao abrigo do direito público como é conhecido, não pode existir só para transferir o património para sair da esfera da Assembleia Distrital, ela tem que ter outras atividades e outros fins, se o único fim, independentemente daquilo que vem nos estatutos, se o único fim que se encontrar for transferir o património que era da Assembleia Distrital, certamente que poderá haver algum problema, porque como sabemos, a Lei não o permite, o funcionamento público é diferente do funcionamento privado. -----

É obrigação de todos os municípios pugnarem, agora que se inicia uma nova associação e que acaba a Assembleia Distrital, que a nova associação reúne efetivamente, que haja trabalho, o plcnário de autarcas ainda não está previsto nas formas de assembleia e outras, porque senão a associação não serve de nada e serve só como refúgio para o património.” -----

Proseguiu **Marisa Parreira**: “ Nós também pensamos que é urgente criar esta associação, para gestão do património da Assembleia Distrital, parece-nos quanto a nós não se cria uma vazia gestão mais preocupante, assegura-se o futuro dos trabalhadores dessa instituição que tem de ser resolvida o quanto antes e coloco um valioso património ao serviço comum dos municípios integrantes, isso sim, também consideramos que é importante continuar com as ações de apoio social, como é o caso da Colónia Balnear. -----

No seguimento do que está na Lei, os municípios da Lezíria do Tejo consensualizaram uma proposta de estatutos para a criação da Associação de Municípios do Vale do Tejo, que entretanto ainda não foi consensualizada pelos municípios do Vale do Tejo, tendo esta última consensualizada a adesão mas, não os estatutos. -----

Vamos aprovar esta adesão, mas com algumas ressalvas, nomeadamente o articulado da proposta dos estatutos que vou referir, propondo uma futura alteração e chamando à atenção para o facto dos nossos eleitos não admitirem novas fontes de despesas suplementares para o município. -----

A alínea o), do artigo 12º, da secção II, diz: *Fixar, sob proposta do conselho diretivo, a remuneração ou gratificação do secretariado-geral.*-----

A alínea i), do artigo 17º, diz: *Propor à assembleia intermunicipal a remuneração ou gratificação do secretário-geral do secretariado-geral.*-----

O número 3, do artigo 22º, diz: *Só há lugar a vencimento para o secretário-geral, e neste caso só após deliberação do conselho diretivo, o qual deverá remeter a proposta para ser deliberado em Assembleia Intermunicipal.*-----

Quanto a nós, consideramos que não faz sentido a nomeação do secretário-geral e sua possível remuneração, como é indicado na alínea h), do artigo 17. -----

Quanto a nós, este assunto pode ser facilmente resolvido entre membros do conselho diretivo das Comunidades Intermunicipais, integrantes na futura associação.” --

Continuou **Mário Balsa**: “ Em relação à adesão desta comunidade somos totalmente favoráveis, até porque nós, enquanto distrito de Santarém, temos uma premissa muito específica que alguém se lembrou de criar, que é estarmos divididos ao meio e não nos entendermos, ou quererem que não nos entendamos. -----

Nesse sentido, acaba por ser positivo arranjar-mos laços que reavivam aquilo que é o distrito de Santarém e fazendo votos, que foi transversal a todas as bancadas, que esta comunidade reúna, produza trabalho. -----

Somos totalmente favoráveis e não objetamos que o processo prossiga.” -----

Referiu **Marco Geração**: “ Só para dar o nosso contributo a esta associação, o Bloco de Esquerda votará a favor.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Integração do Município do Entroncamento na Associação de Municípios do Vale do Tejo**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPECTIVO ORGANOGRAMA -----

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Regulamento da Organização dos Serviços e Respetivo Organograma**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE – ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO -----

Pediu a palavra **António Rodrigues**: “ O Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços da Administração Central, Regional e Local do Estado, concede abono de despesas de representação num montante fixado para o pessoal da administração central aos dirigentes da administração local. -----

Esta Assembleia Municipal recebeu uma proposta da Câmara Municipal, no sentido de deliberar pela manutenção da atribuição das despesas de representação aos dirigentes deste município. -----

Neste sentido, a Câmara Municipal com a presente proposta, propõe ainda que sem prejuízo das deliberações anteriores, que a atribuição de despesas de representação,

produzam os seus devidos efeitos a partir do início das respetivas comissões de serviço ou sua renovação. -----

As despesas de representação têm como missão compensar o acréscimo de despesas exigíveis no desempenho de determinados cargos ou funções de relevo de forma a garantir a sua dignidade e prestígio. -----

Estes suplementos remuneratórios, visam compensar o funcionário das despesas próprias do cargo, da dignidade e prestígio inerentes tanto da função desempenhada, como da instituição representada. -----

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio da igualdade, esta bancada vai votar favoravelmente pelas despesas de representação.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ As despesas de representação estão na Lei e elas são devidas. -----

Achei muito interessante a intervenção do senhor deputado do PS, de facto estes cargos devem ser encarados com muita dignidade, mas todos os cargos numa câmara também tem a sua dignidade e muitas vezes há serviços dentro das câmaras que não se dá a devida importância, sobretudo no trabalho oficial, onde há bons trabalhadores há muitos anos e que há longos anos que não têm aumentos na carreira. -----

Esta era uma questão que levantava quando era vereador, porque são funcionários incansáveis, que trabalhavam para além das horas exigíveis e chegam ao fim dos anos e não passam daquele patamar porque chegaram ao fim da carreira. -----

Devemos dar a devida importância aos serviços de topo, mas também dar a devida importância aos outros trabalhadores das câmaras municipais, que recebem salários extremamente baixos.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Estatuto do Pessoal Dirigente – Atribuição de Despesas de Representação**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA CONCEÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE CREMATÓRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO -----

Presente SGD nº 9783/2014, da Câmara Municipal acerca do assunto em título, que anexava Plantas, Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Informação à Câmara. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Em relação ao crematório, aquilo que nos oferece dizer é que no País há dezassete crematórios, três dos quais públicos. -----

Lembro-me que há quinze anos defendi a construção do crematório no Entroncamento, ainda contínuo com a ideia da construção do crematório acho que o Entroncamento é o sítio ideal para o colocar, mas há sempre um mas. -----

Nós não concordamos com a abertura de qualquer setor público à iniciativa privada e não concordamos com esta proposta de regulamento, que é uma proposta que tem em vista a criação de um género de uma parceria público/privada, desse o nome que quiser. -----

Não concordamos com o prazo de trinta anos. -----

Não concordamos porque temos a experiência que a nível do País, quem ganha estes concursos é a Servilusa, que é uma empresa ligada a este ramo, que tem uma

implantação nesta área e não só, o monopólio deles é também noutras áreas, infraestruturas de cemitérios, aliás, constroem cemitérios com chave na mão. -----

Achamos que deve haver outra alternativa e temos alternativa para isso, já a defendemos no passado, sabemos que não há uma solução de um único município a entrar num investimento destes, mas como se fez em relação ao gatil, em relação aos resíduos e a tantas outras coisas, as associações nesta área podem funcionar. -----

Nós temos de facto uma localização estratégica para a implementação de uma estrutura destas. -----

Não podemos concordar com o regulamento.” -----

Continuou **Fátima Roldão**: “ A opção do crematório também nos parece aceitável, desde que devidamente acautelados os riscos ambientais e os normativos legais respetivos. -----

Contudo, neste caso temos algumas reservas em relação à concessão a privados, uma vez que esta não se trata de uma atividade lateral, mas sim de uma atividade importante e que se enquadra nas funções tradicionais nos municípios, não é comum neste caso, nas práticas municipais a concessão dos crematórios a privados. -----

Assim, e não querendo inviabilizar a proposta apresentada, vamo-nos abster devido às reservas assinaladas.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Diria que a terminologia empregada pelo senhor deputado da CDU da idcia, de chave na mão, é categoricamente complexa para esta matéria, mas é compreensível. -----

Já ouvi aqui falar da Servilusa, gostava só que me situassem aonde é que está o nome da empresa porque não o encontro no contrato de concessão do crematório municipal e queria perceber duas ou três coisas: -----

Primeiro, a necessidade da criação de um crematório no cemitério do Entroncamento, foi trazida na campanha eleitoral das eleições autárquicas, o PSD pelo menos tinha-o no programa eleitoral, a metodologia é a metodologia que o Partido Socialista entendeu que devia empregar e quanto a isso é uma decisão que nós respeitamos, agora é preciso perceber se o contrato estabelecido entre a autarquia e a empresa com quem será feita a concessão a trinta anos, permitirá que os valores do serviço que prestarão, serão acessíveis às restantes empresas do mesmo ramo, que não o ramo de que estamos a falar que ficará com a propriedade do espaço por trinta anos, ou se, farão daquele espaço um monopólio em que outros organismos que funcionam também na cidade e que usam o cemitério do Entroncamento que se torna totalmente inacessível. -----

Portanto, se estamos a criar um serviço para os cidadãos, devemos ter em atenção, creio que será o senhor vereador Carlos Amaro que terá esta matéria, e pedir-lhe algum esclarecimento em relação a esta situação: -----

O que é que será acautelado com o parceiro nesta matéria? -----

Gostaria de saber porque é que é aquela localização escolhida, que é a entrada do cemitério logo de frente, para quem conhece crematórios que há noutros sítios, sabe quais é que são os constrangimentos próprios da situação, queria apenas saber da decisão de implementar o crematório naquela zona, se foi por uma questão de terreno, se foi por ser o melhor sítio e as questões ambientais estão devidamente acauteladas, porque tenhamos em conta que, um forno crematório não é propriamente a mesma coisa que uma qualquer instalação que se faça elétrica.” -----

António Ferreira referiu: “ Nós somos realmente previsíveis, temos princípios ideológicos, ainda bem que somos previsíveis, aliás, antes de defendermos esta nossa posição o senhor deputado já sabia a posição que íamos ter. -----

Para além de defendermos os trabalhadores, defendemos também as pequenas empresas funerárias e uma série de empresas que estão neste ramo dos funerais. -----

Quando somos contra a entrega de vagões para reparação em Espanha, conforme ainda agora o disse aqui, para defender a nossa economia, aqui também defendemos a economia, mas isto é o ciclo da vida infelizmente, a morte é inevitável, há um negócio à volta disto e de facto, há que defender os pequenos empresários contra empresas que se vêm instalar no nosso País, com um poder enorme em termos de concorrência.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “ O CDS-PP no Entroncamento, ao analisar esta questão ficou bastante agradado porque é uma iniciativa de aproveitar a nossa localização geoestratégica, temos uma localização excelente. -----

Congratulamo-nos com esta proposta, fazemos a atenção para os preços, acautelar que não seja excessivamente caro e convinha haver alguma coisa no contrato, porque senão as pessoas continuam a ir para fora do Entroncamento e esperar que a envolvente ao cemitério aproveite para ser requalificada juntamente com o crematório. –

Pediu a palavra **Mário Balsa**: “ Em relação a algumas dúvidas aqui levantadas sobre a exploração do crematório enquanto crematório, depois o resto do cemitério obviamente que estamos a falar de unidades diferentes, o cemitério funciona e não há corte nem inacessibilidades de todas as outras agências que funcionam no Entroncamento, isso nem sequer está em cima da mesa, todos poderão continuar a usufruir do cemitério como até aqui, menos a criação da parte da nova estrutura que tem a sua exploração e é só para essa infraestrutura. -----

Em relação às questões ambientais, confesso que fiquei um pouco sensibilizado conforme me fui inteirando dentro deste processo, porque não é uma coisa muito agradável, nem de se ouvir, nem de se ler, mas as questões ambientais são bastante positivas e de acordo com aquilo que são as questões técnicas, acaba por ser mais limpo do que a utilização normal no cemitério em termos de solo. -----

É totalmente seguro para o ambiente e foi algo que eu próprio desconhecia e acabei por tomar conhecimento com este processo, -----

Estas questões estão salvaguardadas, é uma infraestrutura inexistente na nossa região, conseguimos aqui potenciar todas essas questões e portanto, naturalmente, vimos com muito bom agrado esta iniciativa, é uma iniciativa que dá resposta às necessidades do Entroncamento e não só, às necessidades da região. -----

No que toca ao investimento, seria óbvio se nós tivéssemos a capacidade financeira para pagar uma infraestrutura desta dimensão, o problema é que não temos, e quando não temos e existe um modelo que está bem desenhado e acautela a câmara em todos os seus aspetos, existindo esta possibilidade seria de todo inconsciente não agarrarmos um projeto com unhas e dentes, só por estas questões de não ter a capacidade financeira dentro da autarquia, se temos parceiros que estão disponíveis para o fazer e neste caso concreto, a câmara fica isenta de qualquer pagamento, é importante que tenhamos esta perceção. -----

Cria-nos uma infraestrutura que terceiros irão explorar, está sediada no concelho, é um contributo para o Entroncamento, onde a câmara não tem encargos com ela.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**:” Vou passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram suscitadas. -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “ A proposta que se apresenta à assembleia é a de concessão de uso privativo do domínio público para a concessão de exploração do crematório no cemitério do Entroncamento, ainda que, foi trazido também a esta assembleia o próprio caderno de encargos para procurar desenvolver. ----

Nesse processo, obviamente que a responsabilidade da conceção, construção e exploração será da empresa que ganhar este concurso, obviamente com o respeito das normas arquitetónicas, das regras autárquicas legais, quer do ponto de vista da conceção da construção e do ponto de vista ambiental. -----

Também já o deputado senhor Mário Balsa teve a oportunidade de dizer, porque teve a curiosidade e falou connosco, este processo é em nada poluente, o que vai para a atmosfera é meramente vapor de água em quantidades muito reduzidas, é de facto uma atividade que nos merece algum respeito, mas a garantia técnica deste tipo de equipamentos, é que não há poluição nenhuma do ambiente. -----

Nós não temos capacidade financeira para levar a cabo este investimento e mesmo que tivéssemos, tenho dúvidas que este executivo opta-se por o fazer, este executivo não tem que se meter nessa área e acumular custos para o município e portanto optamos por este modelo. -----

Como já foi dito aqui pelo deputado senhor Pedro Gonçalves, procurar tirar vantagens da nossa localização, da nossa facilidade de acesso e não sendo um equipamento de grande dimensão, será um equipamento que vai promover ajudar a desenvolver o negócio associado, é um equipamento que vai promover a vinda de muitas pessoas à nossa cidade, infelizmente aqueles que morreram ficam cá as cinzas, os outros usarão os restaurantes, o nosso comércio, ficam a conhecer a nossa cidade, visitam o Museu Ferroviário que esperamos esteja aberto a curto prazo. -----

O senhor deputado António Ferreira diz que já sabe qual é a empresa que vai ganhar o concurso, confesso que não tenho nenhuma ideia, o concurso ainda não foi lançado ainda, essa empresa é uma empresa que está no setor e devo dizer, daquilo que conheço, está a desinvestir neste ramo, mas, se entender concorrer e por acaso ganhar pode querer que não temos qualquer indicação nesse sentido. -----

Obviamente que nós também avançamos com isto e fizemos contatos com empresas para saber de potenciais interessados, há alguns interessados, não sei se concretizam o interesse, os interesses do município estão suficientemente salvaguardados porque não há qualquer garantia de rentabilidade para o operador, há um ganho financeiro que não será muito para o município que é uma percentagem sobre o valor de cada cremação. -----

Os valores de cada cremação, obviamente que nós não podemos definir isso, e daquilo que fomos avaliando desta situação, o valor maior nem sequer está nesse processo, está na parte das funerárias que gostam quando há estas situações de vender o caixão mais caro o que não é muito adequado para este processo, mas o valor há-de ser um valor de mercado, não vejo nenhuma empresa que queira concorrer a este negócio e depois colocar valores exorbitantes e não ter clientes, passo a expressão, temos um valor de referência que anda à volta de 120 euros, mas isso é meramente um valor de referência do que se passa no mercado. -----

Este equipamento além de ter a componente de crematório, e já agora é importante, se nós fizermos uma circunferência com o centro no Entroncamento e com cento e cinquenta quilómetros de raio, tirando Lisboa, não há mais nenhum crematório na região, ou seja, nós temos aqui a possibilidade de rapidamente ter um equipamento que vai servir uma população de largas centenas de milhares de habitantes, porque o crematório mais perto e a funcionar é em Póvoa de Santa Iria, os mais próximos a norte é Figueira da Foz e a sul Póvoa de Santa Iria. -----

É nessa perspetiva que desenvolvemos este projeto e até o desenvolvemos com alguma reserva e sigilo, para que possamos ser rápidos e se merecer a provação desta

assembleia, pensamos que até ao final de junho este equipamento poderá estar em exploração. -----

Este equipamento além de ter o crematório vai também conter duas salas de velório e também vai colmatar uma falha na nossa cidade, uma vez que as que existem estão essencialmente ligadas às igrejas, embora sejam para uso de qualquer pessoa. -----

A localização naquela zona tinha que ser no cemitério por lei, e é aquela que parece ter o melhor acesso e que é uma área que ainda está livre para poder instalar este equipamento. -----

Também estamos em simultâneo a desenvolver as iniciativas para podermos ampliar o cemitério, neste momento já temos o acordo com o proprietário de uma pequena faixa que divide uma pequena curva que está no cemitério, esse aspeto está ultrapassado, a questão agora da ampliação do cemitério será disponibilidade financeira para o fazer e também procuraremos, dentro do possível requalificar e aumentar o estacionamento de acesso ao cemitério.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Eu não disse que poderia ser da responsabilidade do município, aliás, não acredito que o município do Entroncamento tenha capacidade para construir uma infraestruturas destas, mas poderia ser por exemplo, uma associação como demos aval ainda agora, a envolver-se numa situação dessas.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Com o esclarecimento do senhor Presidente que agradeço, conseguimos delinear algumas dúvidas que havia, sendo certo que, sendo uma concessão de uso privativo do domínio público para concessão de exploração de crematório no cemitério do Entroncamento, só a empresa que ganhar este concurso e efetivar o contrato com a autarquia poderá utilizar os próprios serviços dela, a questão que eu fiz, foi se é permitido pela própria empresa que outras empresas do ramo funerário utilizem o crematório e o jardim ao lado. -----

O que deparei do senhor deputado Mário Balsa disse foi o contrário, que não era permitido e que era só de uso da empresa que ganhar e gostava de saber se há alguma salvaguarda por parte do município que apesar de isto ser uma concessão de uso privativo do domínio público, se a empresa que ganhar esta concessão permitirá a outras empresas usarem este serviço ou não. -----

Compreendi toda a argumentação do senhor Presidente, concordamos com ela na sua maior parte, não tanto na questão dos almoços e das visitas turísticas, porque não consegui perceber a parte do ramo da morte com a visita ao Museu Ferroviário, mas acho importante nós salvuardarmos num eventual contrato do município com esta empresa, de que as outras empresas funerárias podem aceder a ele, no crematório da Figueira da Foz ele pertence a uma empresa que é a Servilusa e penso que só aquela empresa pode usar o crematório, isto quer dizer, que uma funerária daqui não poderia usar, só esta salvaguarda que o município tem, se o município já o fez ou se tem ideia disso, muito bem.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “ O operador que ganhar, vai prestar um serviço às várias funerárias que pretendam usá-lo, não há nenhuma restrição, eu acompanhei um funeral perto de Sintra, que era da Servilusa por acaso, mas a funerária não tinha nada a ver com essa empresa e neste caso não há de certeza, o operador que ganhar, vai ter todo o interesse promover junto das funerárias o uso daquele equipamento.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **Concessão de Uso Privativo do Domínio Público para Concessão de Exploração de Crematório no Cemitério Municipal do Entroncamento**”, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove

votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, três abstenções do Bloco de Esquerda e três votos contra da Coligação Democrática Unitária.

PONTO NÚMERO SETE

PROPOSTA DE CANDIDATURA AO EMPRÉSTIMO QUADRO JUNTO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI) CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ 755.280,02 EUROS

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “ Como todos sabemos, o Banco Europeu de Investimento é um instrumento financeiro da União Europeia. A sua missão é contribuir para o desenvolvimento equilibrado da comunidade através da economia e coesão social.

Esta instituição não concede financiamentos, mas pratica co financiamentos a projetos específicos, de forma parcial e subsidiária.

Os projetos são selecionados de acordo com eritérios objetivos. Devem contribuir para a concretização dos objetivos da União Europeia, nomeadamente: -----

- O reforço da competitividade das indústrias e das PMEs europeias; -----
- Criar redes transeuropeias (ao nível dos transportes, telecomunicações e energia); -----
- Proteger o ambiente natural urbano e melhorar os serviços de saúde e educação;
- Devem beneficiar as regiões desfavorecidas.

Estamos aqui para dizer sim, ou não, à aprovação de um empréstimo ao BEI no valor até 755.280,02 euros.

Temos candidaturas elegíveis para aprovação pelo BEI, após visto do Tribunal de Contas, nomeadamente o Projeto das Ciclovias na zona norte e a melhoria das acessibilidades inter concelhias, que se encontram na fase de consignação. -----

Ir-se-ia beneficiar de taxas de juro mais baixas do que as que conseguiríamos na Banca Comercial. (TX BEI = TX Euribor a seis meses+0,425). Teríamos forma de mais rapidamente reduzir a despesa e contribuir para outros objetivos financeiros a que nos propusemos, nomeadamente o prazo de pagamento aos nossos fornecedores o que aumentaria a confiança de outros em nós mesmo.

Poder-se-ia colocar a questão do nosso endividamento, no entanto estamos 2 milhões de euros abaixo do nível máximo de endividamento permitido. -----

A bancada do PS irá votar favoravelmente este empréstimo.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ A aprovação deste empréstimo com as cláusulas contratuais que lhe estão subjacentes, é um mecanismo que o município pode usar e tem à sua disposição para submeter algumas das dívidas que tem de projetos específicos de FEDER. -----

Como é óbvio, se serve para aliviar o prazo médio de pagamento e serve para aliviar as finanças da autarquia não as onerando, sendo certo que a taxa de juro é baixa, obviamente que contará com a aprovação da bancada.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Concordo com aquilo que foi dito, aliás está no papel, só que fiquei preocupado com o que está na última frase que diz: “*Importa ainda referir que o pedido à Assembleia Municipal deverá fazer-se acompanhar do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.*” -----

Cruzei isto com a informação do gabinete MRG que nos faz agora as auditorias e fiquei extremamente preocupado, porque a nossa capacidade de endividamento é de um milhão e tal de euros e conta para a nossa capacidade de endividamento uma dívida à RESITEJO no valor de 867 mil euros, sei que há uma câmara do distrito que está

preocupadíssima com essa situação porque tem uma grande capacidade de endividamento e portanto, queria um esclarecimento sobre esta situação. -----

É evidente que as condições de financiamento do BEI são de agarrar com unhas e dentes e depois na última linha achei que a nossa capacidade de ir a estes fundos anda à roda de cento e tal mil euros.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Nós neste momento temos um limite legal de endividamento e estou a falar em números grossos, 15 milhões de euros, temos uma dívida total neste momento de cerca de 13,2 milhões de euros, à dívida global temos que acrescer a parte da dívida das entidades em que participamos, a RESITEJO, a A.LOGOS, a Médio Tejo 21, a Associação Nacional de Municípios, a CIMT, futuramente a Associação Distrital do Vale do Tejo, o Museu Ferroviário, etc. -----

Destas entidades todas, aquela que é uma dívida relevante a afetar às nossas contas é da RESITEJO que são aproximadamente 820 mil euros. -----

Nós neste momento, já com a inclusão dos 820 mil euros da RESITEJO, temos uma margem de endividamento de 1 milhão e 700 mil euros, o que quer dizer, para cbeermos ao limite podíamos endividar em 1 milhão e 700 mil euros. -----

Este mecanismo do BEL, permite que nós possamos financiar 50% da componente nacional dos investimentos comunitários, tem um mapa que essa componente dos investimentos comunitários de acordo com um despacho de 2012, estariam em condições de aceder a esse financiamento de 755 mil euros, mas este é um processo que é colocado na plataforma dos fundos comunitários e é visto caso a caso pelo Tribunal de Contas e à medida que eles forem validados ou não, nós vamos saber se é possível ou não ir a este montante total. -----

O despacho diz que estariam em condições todos os projetos que em 30 de novembro de 2012 tivessem uma realização financeira e física pelo menos de 50%. Neste momento temos algumas reservas que o Tribunal de Contas aceite situações já totalmente realizadas. -----

O limite era de 755 mil euros, o mais razoável é nós só podermos ir com os últimos três processos que ainda estão em curso a esse financiamento e poderá não ser muito superior a 100 mil euros. -----

A ideia é aproveitar os 755 mil euros e estamos dentro da capacidade de endividamento. -----

Também está no documento uma outra limitação, hoje tive uma informação diferente, a leitura do departamento financeiro da câmara é que nós temos uma margem de endividamento de 1 milhão e setecentos mil euros, mas que por ano, só podemos aumentar a dívida em 20% desse 1 milhão e setecentos mil euros, o que dava cerca de 350 mil euros. -----

Hoje estive na sessão na CIMT que foi animada por um dos responsáveis da Inspeção das Finanças e ele diz que o entendimento da Inspeção das Finanças e que vai ter uma formação com o Tribunal de Contas para a próxima semana, o entendimento é que não é 20% da margem, é no final do ano, nós não podemos ultrapassar o endividamento igual ao do início do ano mais 20% da margem o que é completamente diferente. -----

São estas as situações, penso que respondi às questões colocadas.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número sete à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “ **Proposta de Candidatura ao Empréstimo Quadro junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) Contratação de Empréstimo até** -----

755.280,02 Euros, foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

ALTERAÇÃO ÀS CLÁUSULAS SEGUNDA E SÉTIMA DA MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA -----

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “**Alteração às Cláusulas Segunda e Sétima da Minuta do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Penso que posso falar dista aqui, faz parte da informação do senhor Presidente e voltava um bocadinho à carga em relação aquilo que disse da RESITEJO. -----

É um tema que temos levantado com frequência nesta assembleia, desde há muito tempo vejo pela primeira vez um número da RESITEJO que nos veio parar às mãos, sobre a real dimensão da dívida. -----

Isto não pode contar para a capacidade de endividamento da câmara, sem nós sabermos aonde é que os dinheiros foram gastos, e até podem ter sido bem gastos, por exemplo, na unidade de separação de resíduos, mas há uma questão que eu me lembro nesta assembleia, há uns anos veio a esta assembleia a autorização para um pedido de empréstimo da RESITEJO, nós aqui na assembleia votámos contra, não passou, mas o investimento foi feito à mesma e eles foram buscar o dinheiro a algum lado. -----

Torno a dizer que pode ser um bom investimento e pode ter razões aceitáveis, o que não é aceitável é não vir a informação à assembleia quais são as contas daquela organização, como não vem há anos a esta assembleia, as contas do Museu Nacional Ferroviário e nós necessitamos dessa informação e necessitamos de acompanhar essas empresas, esse setor empresarial local, porque depois as dívidas aparecem e tem reflexos sobre a nossa capacidade de endividamento. -----

Outra questão, tem a ver com tudo o que foi conseguido em termos de receitas, há uma diminuição significativa de cerca de 24,53%, acho que isto tem a ver com a nova fórmula de cobrança do IMI que agora é em três tranches, não sei se é só por causa disso e gostava de ter alguma informação. -----

As transferências correntes também tiveram alguma diminuição de cerca de 8,44%, gostava de saber mais em pormenor o que levou essa diminuição. -----

Compreendo a diminuição das receitas e despesas de capital, está explicada na informação que é dada.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “O CDS-PP também ficou preocupado com os oitocentos mil euros, de repente nós não sabemos porquê para quê e neste aspeto para regozijo do senhor António Ferreira, concordamos com ele, gostaríamos de ter acesso às contas.” -----

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: “ Penso que as intervenções em relação à RESITEJO são interessantes e lançava aqui um desafio ao senhor Presidente da Assembleia e obviamente aos membros, a organizarmos uma visita às instalações da RESITEJO, que está a desenvolver um programa aos sábados, uma vez por mês ou de quinze em quinze dias. -----

O executivo visitou a RESITEJO há pouco tempo e devo dizer que ficámos muito agradados com o que está a ser feito.-----

Se o endividamento é justificável ou não, não lhe sei dizer, sei dizer que a RESITEJO tem feito um conjunto de investimentos, por exemplo nessa unidade de tratamento e separação mecânica de resíduos, penso que é uma unidade única no mundo, com bastante eficácia, com bons resultados e está a ser visitada por pessoas de outros países. -----

Também sei e pela informação que deram, que em resultado desses investimentos, uma parte dos resíduos que não são reciclados são depositados em aterro por muitos anos, inicialmente a capacidade desse aterro tinha uma recessão de dez anos e neste momento em função dos investimentos feitos, tem uma capacidade de recessão de resíduos para quase cem anos, ou seja, neste momento uma percentagem muito pequena de resíduos é que não é reciclada. -----

Se a dívida é justificável ou não, não sei, sei que pelo menos essa componente está a ser bem-feita. -----

Por outro lado, é importante dar esse conhecimento à assembleia, a RESITEJO diminuiu este ano a taxa de resíduos que nós pagamos, nós pagamos um valor por tonelada de trinta e dois euros que nós depositamos na RESITEJO e além disso, nós pagávamos uma taxa de oito euros, que foi reduzida em 50%, o que tem algum significado. -----

Devo dizer que fica aqui o compromisso não só em relação à RESITEJO como a todas as outras organizações em que nós temos assento, de fazer chegar quer à câmara, quer à assembleia, as contas dessas organizações, quando nos forem presentes. -----

Relativamente à redução de receita, de facto nós temos assistido a uma redução generalizada da receita, em termos da receita corrente de 7,9% e aquilo que significativo em termos da diminuição da receita, é no IMT, só para terem uma ideia, o valor orçamentado para 2014 era de cerca de setecentos mil euros porque resultava da média dos últimos três anos, e nós neste momento, temos uma receita à volta dos cinquenta mil euros. -----

Ainda em relação aos impostos, há também uma redução do IMI, mas mais ligeiros cerca de dois ou três por cento e uma redução nas transferências correntes do estado, porque como sabe, as transferências estão associadas nomeadamente ao IRS e IVA que o estado cobra no nosso território e na medidas em que as famílias têm tido grandes dificuldades, os cortes nos vencimentos e a diminuição da atividade, tudo isso de reflete e depois a transferência mantendo-se a percentagem no total, a transferência é menor. -----

Relativamente às questões que foram inicialmente colocadas sobre a escola Ruy D'Andrade e o facto de termos cinco turmas que alguns tempos por dia, têm que se deslocar à escola da Zona Verde e à escola António Gedeão, sendo que a escola António Gedeão é só atravessar a rua e a escola da Zona Verde também é muito perto, resultou de ainda não termos a escola concluída, eu agora aqui poderia dizer, se tivesse havido outro cuidado no lançamento da empreitada que quando foi lançada nem sequer acautelou que aquela obra iria decorrer com a escola a funcionar, com os problemas que daí advêm, provavelmente não haveria esta necessidade. -----

Independentemente destas considerações que todos nós as conhecemos, trata-se de uma decisão que pensamos ser perfeitamente razoável e em sintonia com o agrupamento, aliás, nós definimos um limite em termos orçamentais, já agora, voltando um pouco atrás, nós tínhamos planeado com o empreiteiro que a quinze de setembro, o edifício central que é o último que está a ser alvo de construção, não estaria concluído, mas o primeiro piso, todas as salas de aula com exceção de uma sala que é a sala de música estariam em condições de receber estudantes e as obras que continuariam a partir de quinze de setembro no rés-do-chão até seriam obras sem grande barulho. -----

Houve uma derrapagem no tempo por causa da chuva, por causa da secagem do betão, este empreiteiro tem sido muito cumpridor do ponto de vista dos prazos e muito profissional na forma de intervenção e portanto não foi possível a quinze de setembro nós não poderemos utilizar as salas do primeiro piso do edifício central e então tínhamos duas hipóteses, ou colocávamos lá contentores ou transferíamos os alunos em alguns tempos do dia para as outras escolas, sendo que, o prazo que nos foi dado para que esse primeiro piso possa ser usado, será meados de outubro. -----

Faça à situação nós colocámos ao agrupamento a seguinte hipótese, temos hipótese de colocar quatro contentores na condição de não vir nenhum aluno para fora da escola ou usa-se as salas das outras escolas. -----

Está salvaguardada a segurança dos alunos, não podemos garantir que não possa haver um acidente. -----

Em relação à informação geral penso que pelas questões está clara, nós alteámos a estrutura, como devem ter reparado, procurámos fazer uma informação mais por áreas de intervenção do município. -----

Gostava também de referir que começamos o ano letivo no dia, já aqui foi referido, o esforço que toda a câmara e funcionários envolvidos tiveram para que fosse possível abrir a escola Básica do Bonito, que não é demais lembrar que foi adjudicado em 30 de novembro de 2010, e tinha um prazo de execução de 14 meses, nós estamos em setembro de 2014, quando tomamos posse esta obra já devia estar concluída há seis meses, estava com uma execução inferior a 25%, neste momento ainda subsistem algumas pequenas questões para complementar a obra, mas a escola abriu em segurança, os alunos estão em segurança e aquilo que falta fazer será feito sem por em causa o funcionamento e a segurança dos alunos. -----

Também dar a conhecer que já começaram as obras dos Casais Formigos, também já assinámos a consignação e adjudicação da rua Elias Garcia, a mesma coisa relativamente ao alargamento das Forças Armadas, já está assinado o contrato e vão-se iniciar as obras a partir de 15 de outubro. -----

Neste momento, dos investimentos que temos para fazer, o que está em fase mais atrasada, é a execução das ciclovias, na obstante o contrato já ter sido assinado a 19 de setembro, mas como é um investimento que tem que ter o visto prévio do Tribunal de Contas, esperamos que para 20 a 25 de outubro começar a obra. -----

O valor da dívida penso que é importante ser realçados, nós temos feito um esforço enorme para reduzir a dívida e sobretudo reduzir o prazo médio de pagamento, sendo certo que essa situação financeira tem sido um verdadeiro garrote e vai constituir uma dificuldade para o planeamento do orçamento do próximo ano, no que diz respeito sobretudo aos investimentos, mas temos feito um esforço para melhorar esses resultados e o resultado disso é a redução que temos tido ao nível da dívida. -----

Também uma palavra para a taxa de execução, que como disse o senhor deputado António Ferreira, a nível de investimento não está tão elevada como pretendíamos, mas o que é contabilizado aqui foram os pagamentos e nós em 30 de

junho, tínhamos uma dívida de setecentos mil euros que conseguimos regularizar em julho e logo aí deu um impulso grande. -----

Nós neste momento, e arrisco-me a dizer, temos condições para no final do ano, em termos de taxa de execução global, ser superior a 85%. -----

Ao nível corrente ela será de certeza superior a 95%, a nível de investimento será mais baixa obviamente, mas no seu global, penso que nós atingiremos o objetivo que é ficar acima dos 85% de taxa de execução o que será uma vitória para todos os eleitos, quer da assembleia, quer do executivo, ao termos um nível de execução desta natureza.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª Secretária:

A 2ª Secretária: